

ATA NÚMERO CINCO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2022 - REUNIÃO PÚBLICA MENSAL

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e dois, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Maria Luísa Dias Gomes, Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues e Cristina Maria Campos Guerra, Vereadores. -----
Secretariou a reunião Cristina Maria Almeida Flor, Técnica Superior. -----
Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas nove horas e trinta minutos. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Usou da palavra o Senhor Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores e os Chefes de Divisão Técnica Municipal e de Administração Geral. -----
O Senhor Presidente deu conta de uma publicação feita por um órgão de comunicação social, que põe em causa o bom nome de uma instituição do concelho, bem como a imagem dos funcionários, acrescentando que repudia este tipo de insinuações sem qualquer fundamento, até porque em política não vale tudo. -----
O Senhor Vereador Alexandre Lote corroborou com as palavras do Senhor Presidente, na medida em que se faz um ataque a pessoas sem apresentarem qualquer argumento que comprove os factos. -----
A Senhora Vereadora Luísa Gomes partilhou da mesma opinião, uma vez que se trata de suspeições infundadas, acrescentando que um órgão de comunicação social não deveria avançar com notícias sem prévia fundamentação dos factos, pondo em causa pessoas e instituições. -----
A Senhora Vereadora Joaquina Domingues solicitou mais esclarecimentos, uma vez que desconhece do que estão a falar e, assim, não poderá pronunciar-se. -----
A Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que também repudia notícias desta natureza, embora considere não ser um tema a discutir em reunião de câmara, caso esta não esteja envolvida, acrescentando que as entidades implicadas deverão agir em conformidade, caso assim o entendam. -----
Interveio a Senhora Vereadora Cristina Guerra referindo que concorda com o que foi dito pela sua antecessora no uso da palavra relativamente ao facto de não compreender qual a razão deste assunto ser discutido em reunião de câmara, acrescentando que também repudia este tipo de suspeições. -----
O Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que compete também ao Órgão Executivo dar conta do que acontece no concelho e, sobretudo, a defesa intransigente das instituições, neste caso da Santa Casa da Misericórdia de

Fornos de Algodres, acrescentando que, por vezes, se dá atenção a determinados assuntos que nada dizem aos fornenses, deixando para trás questões mais relevantes. -----

O Senhor Presidente assinalou que o CLDS é um programa de apoio à inclusão social de grupos populacionais mais frágeis num determinado território, cabendo ao Órgão Executivo aceitar ou não esse programa. Em caso afirmativo e, posteriormente, em reunião do CLAS (Conselho Local de Ação Social), decidem qual será a entidade executora. Assim sendo, o Senhor Presidente é da opinião que faz todo o sentido partilhar com o executivo a sua preocupação relativamente ao sucedido. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra questionou quem deu início ao referido projeto, tendo o Senhor Presidente esclarecido que o Ministério da Segurança Social seleciona os territórios de intervenção, com base em indicadores de fragilidade social, nomeadamente desemprego e envelhecimento da população e que a Câmara Municipal não tem qualquer relação funcional ou hierárquica com a Entidade Coordenadora da Parceria, tendo apenas como função a afetação ao Programa de um Coordenador, previamente aprovado em reunião de câmara. Em suma, a responsabilidade da gestão do CLDS é da Santa Casa da Misericórdia, em parceria com a Câmara Municipal e outras entidades parceiras. -----

O Senhor Presidente fez saber que reuniu com o Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Doutor Matos Fernandes, onde marcou a sua posição relativamente ao modo como será feita a prospeção e exploração do Lítio e as consequências que acarretará. Prosseguiu, dizendo que no concelho há uma área possível de ser explorada, situada no Ramirão, embora essa área tenha sido diminuída significativamente. Disse, ainda, que esse processo é feito por Zonas ou Setores previamente demarcados, tendo sido esta área distribuída pelos concelhos de Fornos de Algodres, Mangualde, Penalva do Castelo, Gouveia, Nelas e Viseu. Complementou, dizendo que combinou com o Presidente da Câmara de Mangualde, reunir ainda esta semana, no sentido de tomarem uma posição conjunta que posteriormente dará a conhecer. -----

Solicitou o uso da palavra a Senhora Vereadora Joaquina Domingues para questionar o Senhor Presidente se achou que o Senhor Ministro estava recetivo ou não a que haja prospeção nesta zona. -----

O Senhor Presidente referiu que o Senhor Ministro ouviu as preocupações de todos e, antes do início do processo, o Secretário de Estado João Barradas, disponibilizou-se a reunir com todos, nomeadamente com as Assembleias Municipais, o que demonstra abertura ao diálogo. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues reafirmou que o Senhor Presidente poderá contar com o apoio do PSD, no sentido de continuarem a lutar para que não sejamos intervencionados, até porque há muito desconhecimento relativamente ao modo como vai ser feito esse processo e, assim sendo, o Senhor Presidente terá de informar e esclarecer a população, caso se efetive essa exploração na nossa zona. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra exprimiu a opinião de que a questão do lítio é inevitável e a sua prospeção terá de ser feita em Portugal e, caso se venha a confirmar a prospeção no nosso concelho, solicitou que sejam exigidas todas as contrapartidas a que tivermos direito, acauteladas todas as medidas em questões ambientais e cumpridas todas as regras implementadas, porque deste modo, haverá uma minoração dos impactos. -----

Prosseguiu, referindo que, apesar de duvidar que a transição energética seja a melhor escolha a nível ambiental,

foi a opção tomada a nível nacional e, por isso, temos de aceitá-la, acrescentando que talvez traga algum dinamismo económico ao concelho e possibilite a vinda de mais pessoas. -----

O Senhor Presidente informou que da reunião com o Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado, foi descrito todo o processo desde a prospeção até à exploração do lítio. Assim, na fase da prospeção, o primeiro passo é o registo fotográfico de toda a área que demorará cerca de dois anos. Após a análise desse registo passa-se para o segundo momento onde haverá furos para avaliar da importância económica da exploração ambiental. Caso a avaliação seja positiva, será feito um estudo de impacto ambiental e só finalizado este processo se passa para a exploração. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote salientou que a exploração de lítio é considerada pela União Europeia o recurso mais importante para o processo de transição energética e que, de acordo com os estudos efetuados, Portugal é um dos países com maiores reservas de lítio e, nessa medida, é evidente que teremos de contribuir para esse processo, embora no início lhe parecesse que não faria sentido que o Governo Português violasse o compromisso internacional no âmbito do Geoparque, instalando uma exploração de lítio nesses territórios. -----

Adiantou, ainda, que a exploração do lítio irá avançar, sobretudo, em zonas do interior do país com menos densidade populacional, ou seja, os concelhos do Interior que durante décadas têm perdido recursos humanos para os concelhos do litoral, aumentando por consequência as assimetrias regionais, deverão ser salvaguardados e, assim sendo, os Presidentes de Câmara deverão continuar a pressionar o Governo para que sejam cumpridas com máximo rigor as questões ambientais, bem como assegurar que as contrapartidas ligadas à exploração fiquem, também, no nosso território e não sejam direcionadas para o litoral, o que aumentaria o já de si alarmante, fosso entre litoral e interior. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues reafirmou que, se efetivamente se confirmar essa exploração, terão de esclarecer a população que o processo não foi aceite de ânimo leve e que foram envidados todos os esforços para que isso não acontecesse. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes deu conhecimento que iniciou no dia 15 de fevereiro o Plano de Formação para capacitação das IPSS, totalmente financiado pelo Município, o qual tem merecido bastante adesão por parte destas, tendo sido previamente concertado entre todas, as áreas consideradas de interesse para o seu funcionamento. Fez saber que o Município está a promover formação para os funcionários, tendo sido iniciada, também, no dia 15 de fevereiro, uma formação em RGPD, a funcionar em dois grupos, um no período da manhã e o outro no período da tarde. Informou, ainda, que no dia 7 de março vão iniciar com o Centro Qualifica do IEFP, o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais, para as cozinheiras da cantina da EB 2,3/S de Fornos de Algodres, num total de 50 horas em contexto de trabalho. -----

Interveio a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referindo que lhe foi solicitado que intercedesse junto do Senhor Presidente no sentido de marcar uma reunião de câmara extraordinária, uma vez que há várias instituições a elaborar projetos no âmbito do PRR, que ainda não têm autorização nem da Proteção Civil, nem da Segurança Social, e que pretendem dar entrada dos mesmos porque há um limite de tempo para o fazerem, acrescentando que seria pertinente aproveitarem esses incentivos. -----

De seguida, solicitou mais esclarecimentos acerca do projeto referente às acessibilidades que estão a executar, porque apesar de ter votado favoravelmente, não lhe parece estar conforme, na medida em que o passeio está a ficar muito largo, o que dificultará o cruzamento de dois veículos pesados e, nessa medida, questionou se acha que o projeto está a ser bem executado. -----

No uso da palavra, a Senhora Vereadora Cristina Guerra corroborou das palavras da Senhora Vereadora Joaquina Domingues no que diz respeito aos projetos no âmbito do PRR, acrescentando que deverá haver abertura por parte dos Serviços Técnicos na receção e agilização dos mesmos, porque ao que sabe, noutras Autarquias, os processos entram na Secção de Obras e, posteriormente, são pedidos os pareceres quer à Proteção Civil, quer à Segurança Social. -----

O Senhor Presidente afirmou que a Câmara Municipal sempre esteve e estará disponível para colaborar com as instituições. Disse, também, que falou informalmente com o Diretor da Segurança Social acerca dessa questão, que lhe garantiu que os pareceres seriam emitidos em tempo útil. Acrescentou que dependendo da Câmara Municipal, nenhuma candidatura será prejudicada. -----

Dada a palavra ao Chefe de Divisão Técnica Municipal, este referiu que os Serviços Técnicos têm dado todo o apoio possível às instituições, não só na organização dos processos, mas também no acompanhamento e elaboração dos mesmos, no entanto, são necessários pareceres da Segurança Social e da ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil), que podem ser entregues durante o projeto de especialidades. Disse, ainda, que as instituições são mais pontuadas a nível de candidaturas se estiverem em fase de levantamento de alvará e, assim sendo, os Serviços Técnicos solicitam que entreguem toda a documentação, para que não percam essa bonificação. -----

O Senhor Presidente retomou a palavra para referir que o projeto referente às acessibilidades foi aprovado com base nos pareceres dos Serviços Técnicos e o objetivo primordial é facilitar a mobilidade aos peões. -----

Solicitou o uso da palavra o Senhor Vereador Alexandre Lote referindo que os passeios cumprem em termos de dimensão o que está regulamentado na lei. Relativamente às escadas, na última reunião já foi dito que passaram a fazer parte integrante da intervenção e, em relação aos estrangulamentos, estes já existiam, uma vez que no lugar dos passeios havia um estacionamento indevido recorrente, que colocava em causa a segurança dos peões. Disse, ainda, que o propósito desta intervenção é, em primeiro lugar, melhorar a mobilidade dos peões e, em segundo lugar, facilitar a deslocação das pessoas, nomeadamente dos mais idosos que residem na parte alta da vila, à parte de baixo, onde se concentra a maior parte dos serviços. A concluir referiu que estão a devolver ao espaço, a sua função original que é a de passeio, proporcionando, assim, mais segurança a quem passa. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues pretendeu saber se a escadaria não poderia ter sido intervencionada com outro tipo de material, de modo a ficar o mais parecida possível à original e, também, onde vai dar o passadiço. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote esclareceu que, aquando da idealização do projeto, pretendiam colocar um passadiço de modo a permitir que as pessoas com mobilidade reduzida pudessem assistir às Assembleias

Municipais e contactar com o Senhor Presidente, todavia, no local previsto para o efeito não havia cota para cumprir as regras da acessibilidade e da mobilidade, ficando assim decidido que o passadiço iria dar ao seu gabinete. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que dado o atual período de seca que atravessamos, seria pertinente começarmos a adotar medidas de prevenção para a época de verão que se avizinha, caso a situação se mantenha, questionando o Senhor Presidente o que pensa fazer relativamente a esta situação. -----

O Senhor Presidente fez saber que abordou esse assunto na última reunião da CIMBSE, tendo ficado decidido que iriam ser adotadas medidas de prevenção, agradecendo, desde já, a colaboração de todos, nomeadamente na apresentação de propostas. Fez saber, ainda, que já falou com os Bombeiros Voluntários, que se disponibilizaram desde logo para ajudar. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou se não há reservatórios ondem possam armazenar a água para posteriormente ser usada, nomeadamente no combate a incêndios, tendo o Senhor Presidente referido que a proteção civil está a monitorizar riachos e charcas. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra solicitou o uso da palavra para alertar para a necessidade de diferenciar os degraus na escadaria, uma vez que são todos cinzentos e as pessoas podem não ter a perceção de quando termina um e começa outro. -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal informou que os degraus e os passeios vão ter estruturas diferentes e encaminhamento às passadeiras através de sinalética, no entanto, nada como aguardar o projeto final para ver o seu enquadramento. -----

Retomou a palavra a Senhora Vereadora Cristina Guerra referindo que a descida da avenida do cemitério é propícia a acidentes e, assim sendo, é da opinião que deveria haver uma intervenção antes da curva, ou através da colocação de sinalética ou de bandas redutoras. -----

O Senhor Presidente referiu que já ponderaram nessa situação, mas há perspetivas diferentes relativamente ao que fazer ali, todavia, alguma coisa tem de ser feita, visto a identificação de limite de velocidade ser insuficiente.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 - APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE 27 DE JANEIRO E 10 DE FEVEREIRO DE 2022 -----

O Senhor Presidente, após leitura das atas propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria dos presentes a ata da reunião ordinária de 27 de janeiro com um voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido apresentada, e aprovar por maioria dos presentes a ata da reunião ordinária de 10 de fevereiro

com um voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido apresentada -----

2 - PROCESSO DE OBRAS N.º 24/2021 - ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA MORADIA NA RUA DO JOGO, EM MUXAGATA -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal emitiu parecer sobre o processo de obras n.º 24/2021 relativo à alteração e ampliação de uma moradia na Rua do Jogo, em Muxagata. -----

A pretensão do requerente enquadra-se em “espaço residencial” no Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres cumprindo o previsto nos artigos 46.º a 48.º. -----

O requerente prestou esclarecimentos e elementos em falta, solicitados pelos serviços técnicos, a 27/01/2022. –

Pretende o requerente a alteração e ampliação de uma edificação (atualmente garagem e terraço), para uma habitação composta por dois pisos. A área de implantação da edificação proposta é de 146,35 m2 e a área total de construção de 257,95 m2. Apresenta registo predial do artigo com áreas atualizadas, devendo proceder à atualização das mesmas na Conservatória do Registo Predial até à entrega dos projetos de especialidades. -----

Deve o requerente, em caso de deliberação favorável, apresentar no prazo de seis meses os projetos de especialidades e pedidos de isenção, que devem ser entregues em conformidade com o disposto no número 16 do anexo I (a que se refere o número 1 do artigo 2º - Elementos instrutórios) da Portaria 113/2015, de 22 de abril e de acordo com o número 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro. -----

Face ao exposto e com base no parecer técnico do Arquiteto Carlos Gomes, disse nada ter a opor à pretensão do requerente, uma vez que cumpre a legislação em vigor. -----

Em virtude de reunir critérios adequados propôs-se o deferimento do pedido, cumprindo-se o teor do parecer do Chefe de Divisão Técnica Municipal. -----

As Senhoras Vereadoras, registaram em ata que votariam a favor nos exatos termos da informação da Divisão Técnica. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

3 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA -----

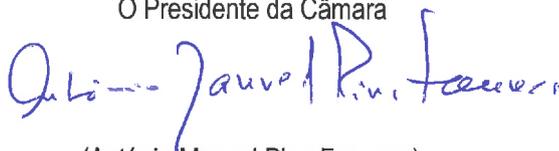
O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

À Câmara deliberou aprovar por maioria, com o voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido apresentada -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não se tendo verificado a existência de público e não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara



(António Manuel Pina Fonseca)

A Secretária



(Cristina Maria Almeida Flor)

Declaração de Voto Vencido

Ponto 1 – Aprovação da ata da reunião ordinária de 27 de janeiro de 2022 e de ata da reunião ordinária de 10 de fevereiro de 2022

Após leitura e análise do ponto 1, da convocatória para Sessão Ordinária da Reunião de Câmara e da Informação anexa à mesma, invoco o art.º 58.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro pelo que elenco infra as razões justificativas de tal facto:

Tendo em conta o que tem sido transmitido em reuniões anteriores e até ao momento não tem sido demonstrado de forma cabal a legalidade da aprovação de atas neste mandato, apesar de solicitada a sua fundamentação legal, bem como oportunamente foi referido, considero que nenhuma ata está em condições de ser aprovada até ao cabal esclarecimento da legalidade.

Os votos vencidos respeitantes à apreciação de atas de sessões ordinárias ou extraordinárias em minuta ou não, são parte integrante das atas a que dizem respeito e assim devem ser divulgadas e não no momento da sua apreciação.

Na reunião de 27 de janeiro, tendo o Sr. Presidente justificado a ausência do vereador por se encontrar de férias, não clarificou o seu início nem o seu terminus.

Face ao exposto, quero que conste o registo na ata de voto vencido desta proposta, sendo estas as minhas razões justificativas.

Fornos de Algodres, 24 de fevereiro de 2022

A Vereadora do CDS-PP



(Cristina Maria Campos Guerra)

Declaração de Voto Vencido

Ponto - 3 Proposta de aprovação da acta em minuta

Após leitura e análise do ponto 3, da convocatória para Sessão Ordinária da Reunião de Câmara e da Informação anexa à mesma, invoco o art.º 58.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro pelo que elenco infra as razões justificativas de tal facto:

Considero que existindo diversas actas em crise, por falta de clarificação da regularidade e legalidade, no seu processo de aprovação, não tenho confiança na legalidade e regularidade como se exige num Estado de Direito para que se possa validar transitoriamente, com a minha aprovação, esta acta em minuta.

Face ao exposto, quero que conste o registo na ata de voto vencido desta proposta, sendo estas as minhas razões justificativas.

Fornos de Algodres, 27 de fevereiro de 2022

A Vereadora do CDS-PP



(Cristina Maria Campos Guerra)